

COMISSÃO
ARNNS

COMISSÃO DE DEFESA
DOS DIREITOS HUMANOS
DOM PAULO EVARISTO ARNS

Relatório de atividades
2025



Ações

Defesa da democracia

pág. 09

Combate à violência policial

pág. 10

Combate ao racismo

pág. 12

Defesa dos povos indígenas e
do meio ambiente

pág. 13

Direito à memória e verdade

pág. 15

Defesa e fortalecimento dos
direitos humanos

pág. 17

Notas públicas

pág. 20

Destaques na mídia

pág. 22

Mensagem da presidente

O princípio que norteia a Comissão Arns é o da relação indissolúvel entre defesa da democracia e promoção dos direitos humanos. Entendemos que o respeito à Constituição Federal e ao Estado de Direito é fundamento para a concretização de todos os direitos humanos, o que abrange as liberdades individuais e os direitos socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais.

A Comissão Arns reúne membros e associados com senioridade na defesa da democracia e dos direitos humanos, que atuam voluntariamente, em rede com as demais organizações e coletivos democráticos, sempre tendo como estratégia o diálogo e a construção de caminhos pactuados pela solidariedade.

Maria Victoria de Mesquita Benevides

Presidente da Comissão ARNS



Apresentação

Por uma dívida histórica quanto à fragilidade da incorporação dos direitos humanos na vida dos cidadãos e pelos riscos de retrocesso em conquistas celebradas na Constituição Federal de 1988, um grupo de brasileiros decidiu constituir a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns, em fevereiro de 2019.

Inicialmente formada por membros do mundo político, jurídico e acadêmico, jornalistas e militantes sociais de distintas gerações, a Comissão Arns cresceu e hoje tem 19 membros efetivos, 11 associados e 6 conselheiros. O grupo atua de forma voluntária e suprapartidária, ao lado de outras entidades de direitos humanos no país.

Nosso objetivo é dar visibilidade, acolhimento e encaminhamento institucional a graves violações da integridade física, da liberdade e da dignidade humana, especialmente as cometidas por ação ou omissão de agentes do Estado contra pessoas e populações discriminadas, como negros,

indígenas, quilombolas, pessoas LGBTQIAPN+, mulheres, jovens, comunidades urbanas ou rurais em situação de extrema pobreza.

A Comissão Arns trabalha em rede com organizações sociais e indivíduos, com o intuito de detectar esses casos, dar suporte a denúncias públicas, fazer encaminhamentos aos órgãos do Judiciário e organismos internacionais, promover ações específicas junto à classe política e mobilizar setores da sociedade.

Em seu nome, a Comissão destaca a figura do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016), Arcebispo Emérito de São Paulo. Em 1972, Dom Paulo criou a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, uma referência histórica no acolhimento das vítimas da repressão política e policial no país. Ao homenageá-lo, a Comissão Arns reconhece esse exemplo de resistência, resiliência e, sobretudo, de esperança para os brasileiros em tempos difíceis.

São focos prioritários para a Comissão Arns, com ênfase na defesa da democracia como um tema transversal



Defesa dos povos indígenas, dos povos originários e do ambiente



Combate ao racismo e à discriminação da população LGBTQIAPN+



Defesa das boas práticas de segurança pública e combate à violência policial



Defesa do direito à memória e à verdade



Defesa dos direitos da população em situação de rua

Sob a presidência da socióloga Maria Victoria Benevides e a vice-presidência do historiador Luiz Felipe de Alencastro, a Comissão Arns realizou uma reestruturação em 2025. Foram admitidos novos membros, instalou-se o Conselho Consultivo, houve o aporte de novas parcerias financeiras e a contratação de nova assessoria de comunicação.

Quem somos

A Comissão Arns nasceu do compromisso de tratar com prioridade os grupos mais vulnerabilizados da população – mulheres, negros, jovens, indígenas, quilombolas e indivíduos LGBTQIAPN+ – sobre os quais ainda recai o peso da desigualdade brasileira. Somos uma organização da sociedade civil composta por juristas, intelectuais, jornalistas, ativistas dos direitos humanos. Atuamos de forma voluntária e suprapartidária.

Missão

Nossa missão é acolher, denunciar e acompanhar os casos de graves violações da integridade física, da liberdade e da dignidade humana, especialmente as cometidas por agentes do Estado. Também atuamos para dar visibilidade e segmento jurídico a tais casos, em instâncias nacionais e internacionais. Trabalhamos em rede com outras entidades de direitos humanos, apoiando suas iniciativas e somando esforços para contribuir com um país onde prevaleça a justiça e a democracia.

Membros

Presidente de Honra

Margarida Bulhões Pedreira Genevois

Socióloga e ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Presidente

Maria Victoria de Mesquita Benevides

Socióloga e cientista política, professora emérita da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP)

Vice Presidente

Luiz Felipe de Alencastro

Historiador, pesquisador do Centre Roland Mousnier da Sorbonne Université

Antonio Claudio Mariz de Oliveira

Advogado, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-seção São Paulo

Belisário dos Santos Jr.

Advogado, membro da Comissão Internacional de Juristas

Bianca Maria Santana de Brito

Jornalista e professora universitária

Cláudia Costin

Professora universitária, ex-ministra da Administração

Daniela Mercury

Artista e ativista pela igualdade de gênero

Eloísa Machado de Almeida

Advogada e professora universitária

Eugênio Bucci

Jornalista e professor universitário

Joana Zylbersztajn

Advogada e professora universitária

José Carlos Dias

Advogado, ex-ministro da Justiça, presidente da Comissão Arns de 2020 a 2024

Laura Greenhalgh

Jornalista

Luiz Armando Badin

Advogado

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado

Manuela Carneiro da Cunha

Antropóloga, ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia

Maria Aparecida Bento

Psicóloga, conselheira do Centro de Estudo das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT)

Maria Hermínia Tavares de Almeida

Cientista política, professora emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP

Oscar Vilhena Vieira

Advogado, diretor e professor da Faculdade de Direito da FGV-SP

Paulo Vannuchi

Jornalista, cientista político, ex-ministro da Secretaria de Direitos Humanos

Thiago de Souza Amparo

Advogado e professor universitário

Vladimir Safatle

Filósofo e professor universitário

Membros e associados

In Memoriam

Dalmo de Abreu Dallari

Advogado, professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP (falecido em 2022)

José Gregori

Advogado, ex-ministro da Justiça (falecido em 2023)

Associadas e associados

Aurea Gomes Ferreira Lopes

Jornalista

Carmen Mansano da Costa Barros Filha

Advogada

Christine Engelberg

Designer

Gabriel de Carvalho Sampaio

Advogado

Hélio Freitas de Carvalho da Silveira

Advogado

Julia Mello Neiva

Advogada

Juliana Gomes Miranda

Advogada

Juliana de Paula Batista

Advogada

Leana Naiman Bergel Friedman

Psicóloga

Marlus Heriberto Arns de Oliveira

Advogado

Sílvia Lopes de Menezes

Psicanalista

Conselho Consultivo

Ailton Krenak

Líder indígena e ambientalista

André Singer

Cientista político, jornalista, professor universitário

Fábio Konder Comparato

Advogado, doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP

José Luiz Del Roio

Radialista, ex-senador na República Italiana

José Vicente

Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Sueli Carneiro

Filósofa e ativista antirracista

Conselho Fiscal

(mandado de 26/03/2025 a 25/03/2028)

Claudia Maria Costin

Administradora e professora universitária

Lilian Furquim de Campos Andrade

Professora universitária

Lucia Hauptman

Financista

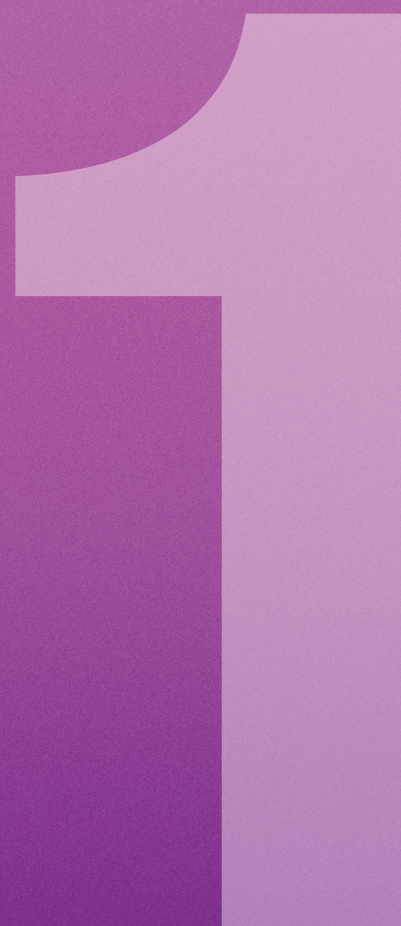
Secretário-executivo

André Alcântara

Comunicação e Articulação

Aurea Lopes

ações e
participações



Defesa da democracia



25/7

Ato em defesa da Soberania Nacional

Com o objetivo de fortalecer as ações de responsabilização pela tentativa de golpe no dia 8 de janeiro de 2023, bem como de reagir à ofensiva do governo Donald Trump, foi realizado um ato público na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo. A Comissão Arns participou do evento, que reuniu centrais sindicais, frentes populares, instituições e movimentos de direitos humanos, artistas, empresários e parlamentares. José Carlos Dias, Oscar Vilhena e Cida Bento falaram em nome da Comissão Arns. Leia mais bit.ly/4w3769o

15/12

Seminário “Empresas juntas por um Brasil mais igualitário”

O evento foi organizado em parceria entre Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), a Comissão Arns, o Instituto Ethos e a Fundação Getúlio Vargas, com apoio da Federação da Indústria e Comércio (Fiesp). Realizado no Teatro do BNDES, Rio de Janeiro (RJ), promoveu um diálogo sobre o papel das empresas no fortalecimento da democracia, dos direitos humanos, da diversidade e da inclusão nos ambientes corporativos. Paulo Vannuchi e Cida Bento participaram de uma mesa, em nome da Comissão Arns. Leia mais bit.ly/4ezZfJr

Combate à violência policial



20/1

Manifestação sobre apologia à violência em formatura da Guarda Civil Municipal de São Paulo

Por meio de ofício à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, a Comissão Arns solicitou providências para apuração de eventual desvio de finalidade representada em cântico proferido durante a formatura da Guarda Civil Municipal de São Paulo. A cerimônia teve participação do prefeito Ricardo Nunes, que presenciou os formandos entoarem a canção que estimulava a violência policial. Leia mais bit.ly/49Z1pAL

7/5

Participação do lançamento do Projeto EnfrentAção

A Comissão Arns participou do lançamento do projeto EnfrentAção, pesquisa e intervenção multiprofissional a partir da escuta de mães e familiares de vítimas da violência de Estado, implementado pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF - Unifesp), em parceria com o Movimento Independente Mães de Maio e com a Secretaria de Acesso à Justiça (SAJU) do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

8/5

Aula magna na Universidade Federal do Sul da Bahia

A psicóloga Cida Bento, membro da Comissão Arns, ministrou aula magna na Universidade Federal do Sul da Bahia, com o tema “Os direitos humanos em contextos de militarização e as lutas por território – reflexões entre o regional e o global”.

13/6

Diálogos com o secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça

A Comissão Arns realizou dois diálogos com o secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Mário Sarrubbo, em 13/06 e 28/11/2025, durante os quais discutiu-se o aumento da violência no país, especialmente em torno dos conflitos no campo, além das violências contra os povos indígenas e quilombolas. A Comissão Arns se prontificou a colaborar no projeto-piloto de Formação em Direitos Humanos para agentes policiais e das Forças Armadas. Outros temas foram abordados, como a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos; a qualificação da proposta de emenda constitucional (PEC) da Segurança Pública e os problemas decorrentes da criação das escolas cívico-militares. Leia mais bit.ly/4p0qAcF

18/8

Formação para a Força Nacional

O vice-presidente da Comissão Arns, Luiz Felipe de Alencar, ministrou palestra sob o tema “Cidadania e Direitos Humanos” para uma turma militar em Palmas (TO). O evento marcou o início da capacitação de cem profissionais de segurança pública de três estados: Acre, São Paulo e Tocantins. Leia mais bit.ly/43R97tj

4/9

Diálogo com Ministério Público do Estado de São Paulo

A Comissão Arns realizou um encontro com o subprocurador-geral de Justiça Criminal, Ivan Francisco Pereira Agostinho, e promotores de justiça da área criminal, na sede do Ministério Público do Estado de São Paulo. Buscou-se reforçar o compromisso do Ministério Público no controle da atividade policial, com a investigação dos casos de violência abusiva, assim como os arquivamentos de casos de letalidade policial. Leia mais bit.ly/3SIPdEd

28/10

Participação em julgamento da ação contra publicidade abusiva de armamentos

Membro da Comissão Arns, o advogado Belisário dos Santos Jr. fez a sustentação oral no julgamento de recurso referente à ação judicial proposta em 2022, em parceria com o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), Coletivo Intervenções e Rede Liberdade, para reconhecer a proibição da publicidade comercial das armas nas redes digitais. Leia mais bit.ly/4eV3alc

Combate ao racismo

18/11

Mesa de diálogo “Racismo, segurança pública e democracia”

Promovido pela Comissão Arns, o evento foi realizado em parceria com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), no campus São Paulo, no contexto de eventos da universidade no mês da Consciência Negra. Participaram da mesa a reitora da universidade, Raiane Assumpção; Maria Victoria Benevides, presidente da Comissão Arns; Luiz Felipe de Alencastro, vice-presidente da Comissão Arns; Thiago Amparo, membro da Comissão Arns e Mauro Caseri, ouvidor da Polícia de São Paulo. Leia mais bit.ly/4vUIJMO

Defesa dos povos indígenas e do meio ambiente



Fórum em Memória, Verdade, Reparação Integral, Não Repetição e Justiça para os Povos Indígenas (JTPI)

A Comissão Arns acompanha o fórum e participa das ações institucionais do coletivo por meio da antropóloga Manuela Carneira da Cunha, membro fundadora da comissão.

Incidência jurídica na comissão de conciliação sobre Marco Temporal

A advogada Eloísa Machado representou a Comissão Arns nas audiências da comissão de conciliação proposta pelo ministro Gilmar Mendes, referente à mineração em terras indígenas, com participação

de parlamentares, governo, empresas, entidades e representação de povos indígenas.

20/3

Incidência junto aos poderes Executivo e Judiciário em defesa dos Cinta Larga

A Comissão Arns, *amicus curiae* em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal (MPF), em 4 de julho de 2005, contra o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), hoje Agência Nacional de Produção Mineral (ANM), manifestou-se em defesa da TI Cinta Larga, em Rondônia, nas audiências de 20/3 e 23/7. A participação foi articulada com entidades e movimentos indígenas e de defesa do ambiente. Leia mais bit.ly/3Qmun6V

OUTUBRO**Incidência junto ao poder Executivo em defesa dos povos Karajá e Javaé**

Integrantes da Comissão Arns realizaram diálogos com representantes do poder público em defesa dos povos indígenas Karajá e Javaé, denunciando a invasão de suas terras para pastagem, na ilha do Bananal, Araguaia (TO).

AGOSTO**Enfrentamento ao PL da Devastação**

A Comissão Arns participou da campanha contra Projeto de Lei Federal nº 2159/2021, conhecido como PL da Devastação, com forte mobilização nas redes sociais, nos espaços institucionais, junto a parlamentares, artistas, empresários, governo federal, entidades parceiras como ABC, Observatório do Clima, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entre outros. Daniela Mercury, membro da Comissão Arns, entregou em mãos ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ofício solicitando o veto presidencial ao PL da Devastação. Leia mais bit.ly/4emuVSw

NOVEMBRO**Incidência junto aos poderes Executivo e Judiciário em defesa dos Guarani Kaiowá**

Integrantes da Comissão Arns realizaram diálogos com representantes do poder público em defesa dos Guarani Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, buscando proteção federal diante das ameaças e violência sofrida, especialmente das lideranças indígenas locais.

14/11**Tribunal dos Povos contra o Ecogenocídio**

A Comissão Arns participou do Tribunal dos Povos contra o Ecogenocídio, realizado durante a COP30, em Belém (PA), ação que teve como objetivo denunciar graves violações climáticas. O vice-presidente da Comissão Arns, Luiz Felipe de Alencastro, foi um dos onze integrantes do júri, composto por lideranças populares, movimentos sociais e defensores ambientais do Brasil e de outros países. Leia mais bit.ly/4eCAKeu

10/12**Participação como amicus curiae em audiência sobre o Marco Temporal**

A Comissão Arns participou como *amicus curiae* em julgamento da ação sobre o Marco Temporal no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF).

Direito à memória e verdade



3/4

Diplomação póstuma de estudante da USP

A presidente da Comissão Arns, Maria Victoria Benevides, e Paulo Vannuchi representaram a Comissão Arns na cerimônia de diplomação póstuma da estudante Lígia Maria, morta pela ditadura civil-militar. O evento foi realizado na Faculdade de Educação da USP.

7/4

Diálogo com organizações de direitos humanos sobre crime de desaparecimento

As organizações Conectas, Instituto Vladimir Herzog, Clínica de DHs da FGV e Comissão Arns realizaram uma

reunião de alinhamento sobre estratégia jurídica junto ao STF para o reconhecimento do crime permanente de desaparecimento de presos políticos e a Lei de Anistia, a partir de estudo de casos da Argentina e decisões na Corte Constitucional. O advogado Belisário dos Santos Jr. representou a Comissão Arns.

26/6

Diálogo com Jorge Messias, ministro-chefe da Advocacia Geral da União (AGU)

A Comissão Arns participou de um encontro de organizações de direitos humanos com Jorge Messias, ministro-chefe da Advocacia Geral da União (AGU), realizado no Instituto Vladimir Herzog, em São Paulo. A Comissão Arns foi representada por Maria Victoria Benevides, José Carlos Dias, Belisário dos Santos Jr. e Laura Greenhalgh.

13/8

Diplomação póstuma de estudantes da USP

A Comissão Arns prestigiou a diplomação póstuma de estudantes mortos pela ditadura civil-militar. O evento, realizado na Faculdade de Direito da USP, teve participação de representantes do governo federal, parlamentares, movimentos, sindicatos e entidades da sociedade civil. Representaram a Comissão Arns José Carlos Dias, Belisário dos Santos Jr. e Paulo Vannuchi.

4/8

Apoio à concessão do título Doutor Honoris Causa in memoriam a Vladimir Herzog

A Comissão Arns encaminhou ofício ao reitor da USP, Carlos Gilberto Carlotti Junior, em apoio à iniciativa de titulação do jornalista, assassinado pela ditadura civil-militar. Leia mais bit.ly/4uPMMaE

25/10

Ato Inter-religioso 50 anos por Vlado

A Comissão Arns promoveu, em parceria com o Instituto Vladimir Herzog, um ato histórico de celebração, na Catedral Metropolitana de São Paulo, dos 50 anos de assassinato de Vladimir Herzog. Com a presença do presidente em exercício, Geraldo Alckmin, ministros, parlamentares e representantes da sociedade civil, foi realizado um ato inter-religioso que lotou a igreja na noite de 25 de outubro, dia do falecimento de Vlado. Leia mais bit.ly/4uLtMKb

Elaboração de memoriais para duas ações no Supremo Tribunal Federal

Na condição de *amicus curiae*, a Comissão Arns produziu memoriais para ações referentes à anistia para crime permanente de desaparecimento, em tramitação no STF. As contribuições, realizadas em parceria com o advogado Beto Vasconcelos, foram destinadas ao julgamento um conjunto de temas sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes; e ao Tema 1369/STF, sob relatoria do ministro Flávio Dino.

10/11

Palestra “O processo Herzog: a sentença que condenou a União”

Realizada na Faculdade de Direito da USP, entre as celebrações de meio século da morte do jornalista Vladimir Herzog, a palestra foi promovida por: Comissão Arns, OAB São Paulo, Faculdade de Direito da USP, Instituto Vladimir Herzog. Reuniu juristas, acadêmicos, familiares e defensores de direitos humanos.

11/11

Homenagem à Democracia na América Latina

A Comissão Arns enviou ofício ao Poder Judiciário da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Foz do Iguaçu do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em apoio à decisão que impediu a retirada da escultura denominada Homenagem à Democracia na América Latina, em Foz do Iguaçu. O monumento foi constituído como pedra fundamental da construção de um futuro memorial em homenagem às vítimas das ditaduras militares do Cone Sul, notadamente da Operação Condor.

Defesa e fortalecimento dos direitos humanos



Observatório de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Justiça

A Comissão Arns integra o Observatório de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Justiça (ODH/CNJ), participando de reuniões mensais com objetivo de enfrentamento das violações e a implementação dos direitos humanos. Em 2025, os representantes da Comissão no observatório foram Cláudia Costin (titular) e Oscar Vilhena Vieira (suplente).

7/2

Audiência com o prefeito de São Paulo

Uma carta com propostas para ações e políticas públicas voltadas a pessoas em situação de rua foi entregue ao prefeito eleito de São Paulo, Ricardo Nunes. O documento foi resultado de um seminário que envolveu representantes de movimentos de

moradia popular, promovido por essas entidades em conjunto com a Comissão Arns, a Federação das Indústrias de São Paulo e a Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas. Maria Victoria e Aurea Lopes, pela Comissão Arns, e Luciana Ribas, pela FGV, participaram da audiência. Leia mais bit.ly/4agqD8l

22/2

Articulação da bancada de direitos humanos da Câmara Municipal de São Paulo

A Comissão Arns participou da articulação para formação da bancada de direitos humanos da Câmara Municipal de São Paulo, composta por 11 vereadores progressistas (PT, PSOL, PSB), e focada na defesa da população de rua, direitos das mulheres, negros, indígenas e LGBTQIAP+s, e que atua também contra a violência policial e na defesa da memória. A bancada foi lançada em abril de 2025, com presença da presidente da Comissão, Maria Victoria Benevides.

24/6

Diálogo estratégico com a presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALESP

A Comissão Arns reuniu-se com a deputada estadual Marcia Lia, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), para dialogar sobre os desafios em direitos humanos e segurança pública no Estado de São Paulo.

19/6

Nomeação de Paulo Vannuchi para o Comitê sobre Desaparecimentos Forçados da ONU

Membro fundador da Comissão Arns, o ex-ministro da Secretaria de Direitos Humanos Paulo de Tarso Vannuchi foi nomeado para integrar o Comitê sobre Desaparecimentos Forçados da Organização das Nações Unidas (ONU), com mandato de 2026 a 2029. Leia mais bit.ly/4oFXj6F

29/6

Ato em Defesa da Humanidade, pela Paz

A Comissão Arns participou de evento realizado pela Frente Inter-religiosa por Justiça e Paz Dom Paulo Evaristo Arns, no teatro da Pontifícia Universidade Católica, em São Paulo.

31/7

Acordo de cooperação técnica com a FGV Direito-São Paulo

A Comissão Arns assinou um acordo de cooperação técnica com a FGV Direito-São Paulo para a realização de atividades como cursos, palestras, acompanhamento dos trabalhos para participação dos estudantes de Direito, com ênfase na temática direitos da população em situação de rua.

21/10

Lançamento da bancada de Direitos Humanos na Alesp

A Comissão Arns participou do lançamento da bancada, representada pela presidente Maria Vitoria Benevides e por Aurea Lopes.

14/9

Cerimônia de 104 anos do nascimento de Dom Paulo Evaristo Arns

A Comissão Arns esteve presente à celebração dos 104 anos de nascimento de seu patrono, Dom Paulo Evaristo Arns. Eugênio Bucci representou a Comissão na missa, realizada na catedral da Sé, em São Paulo.

1/12

Diálogos sobre direitos humanos na Bahia

O ex-ministro Paulo Vannuchi, membro da Comissão Arns, reuniu-se com Felipe Freitas, secretário de Justiça e Direitos Humanos da Bahia. O encontro, do qual também participou o jornalista e ex-parlamentar Emiliano José, teve como foco o diálogo sobre os desafios dos direitos humanos e da segurança pública na Bahia. Vannuchi também se encontrou com o reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Paulo César Miguez de Oliveira, e participou de uma reunião na reitoria com o grupo Tortura Nunca Mais. Leia mais bit.ly/4ewv5Xm

notas
públicas

2

22/2

Conciliação imposta não reconcilia **NP72**

Leia a íntegra da nota bit.ly/3QsrMZn

27/3

Sobre a aceitabilidade no STF de denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República **NP73**

Leia a íntegra da nota bit.ly/4xIVHNS

29/5

Em defesa da paz e do fim imediato do horror em Gaza **NP74**

Leia a íntegra da nota bit.ly/4gyQ6Dp

16/6

Em defesa do meio ambiente e dos direitos humanos **NP75**

Leia a íntegra da nota bit.ly/4uUn3hh

4/7

Comissão Arns manifesta preocupação com arquivamento de inquéritos das operações na Baixada Santista meio ambiente e dos direitos humanos **NP76**

Leia a íntegra da nota bit.ly/4g4l1aF

31/7

Em defesa de Alexandre de Moraes, do STF, da democracia e da soberania nacional **NP77**

Leia a íntegra da nota bit.ly/44mtC10

1/10

Segurança pública democrática não premia violência **NP78**

Leia a íntegra da nota bit.ly/4vox6vU

29/10

Mais um rio de sangue, entre excessos e omissões governamentais **NP79**

Leia a íntegra da nota bit.ly/3Qel3B9

1/11

CNMP deve preservar investigação federal **NP80**

Leia a íntegra da nota bit.ly/4vrcAuN

10/12

Que o STF impeça esse retrocesso histórico **NP81**

Leia a íntegra da nota bit.ly/4eooqzF

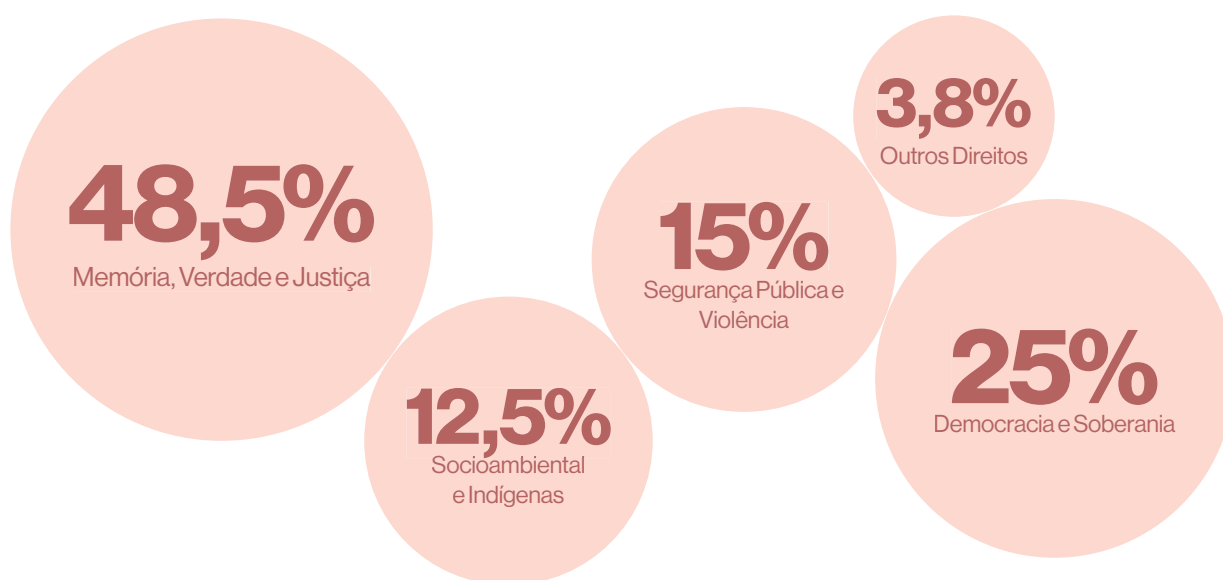
**destaques
na mídia**

3

A análise do noticiário mostra que a Comissão Arns tem presença relevante nos principais veículos de mídia do país e é amplamente reconhecida como autoridade moral em defesa da democracia e dos direitos humanos.

Os posicionamentos da Comissão Arns têm repercussão na cobertura de temas institucionais e seus membros têm espaço para a publicação de artigos de opinião analíticos na grande imprensa.

Os principais temas de intervenção da Comissão Arns no debate público nesse universo midiático foram:



Destaques

Memória, Verdade e Justiça

Pressão para revisão da Lei da Anistia no STF e forte mobilização em torno dos 50 anos do assassinato de Vladimir Herzog

Democracia e Soberania

Repúdio às sanções de Donald Trump ao STF, organização de ato na USP e defesa da condenação dos golpistas do 8 de janeiro

Segurança Pública e Violência

Denúncias sobre a escalada da letalidade policial em SP e RJ (Operações Verão/ Escudo e ações no Complexo da Penha) e racismo estrutural

Socioambiental e Indígenas

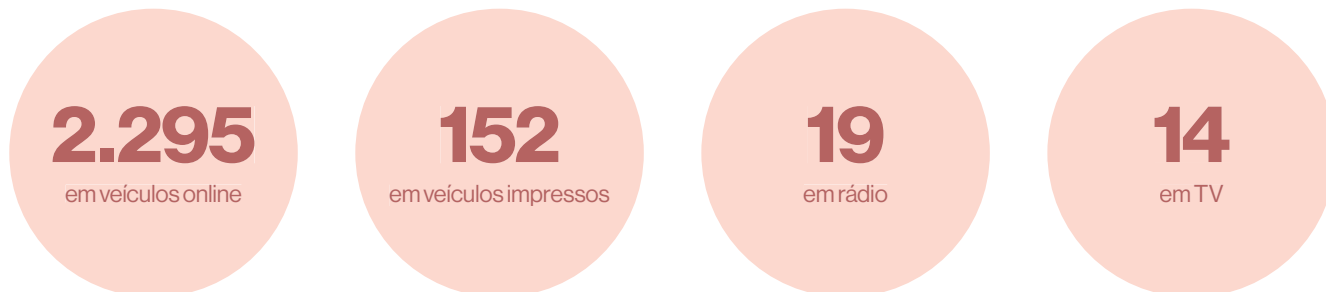
Oposição ao PL do Licenciamento Ambiental e críticas à Câmara de Conciliação do Marco Temporal

Outros Direitos

População LGBTQIA+, regulamentação das redes sociais

Imprensa

Foram mapeados **2.480 registros** com citações à Comissão Arns na mídia brasileira.



Em um recorte que considera apenas os veículos *online* e impressos de expressão nacional, meios de alta relevância regional e veículos voltados para questões relacionadas aos direitos humanos, foram registradas **99 citações** à Comissão Arns.

Redes sociais

A Comissão Arns tem presença ativa nas redes sociais, por meio da divulgação de suas ações, de participação em campanhas coletivas em defesa dos direitos humanos e ainda por apoio a publicações de parceiros. Sua principal plataforma é o Instagram, onde obteve, no ano de 2025, quase **1 milhão de visualizações**, o equivalente a mais de **2 mil visualizações/dia**.

Facebook Instagram(post) Instagram(stories)
X/Twitter Bluesky

Posts

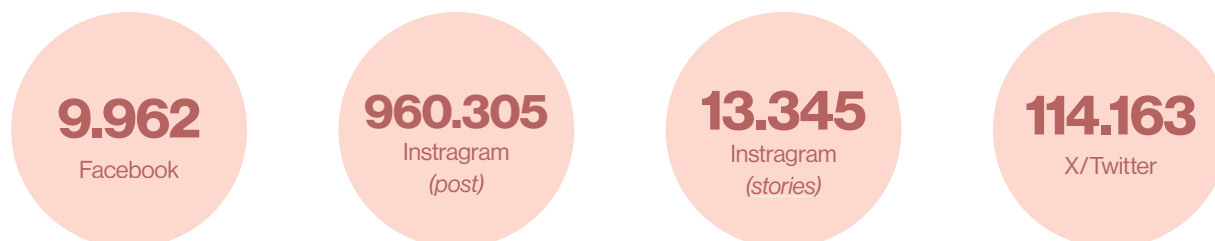


Alcance



Obs.: As plataformas X e Bluesky não disponibilizam informações de alcance e visualizações

Visualizações



COMISSÃO
ARNS

 [comissaoarns](#)

 [comissaoarns](#)

 [ComissaoArns](#)

 www.comissaoarns.org